Caderno de Sustentabilidade

2ª EDIÇÃO

Carta na Escola

Prêmio Minha Comunidade Sustentável

PRÊMIO MINHA COMUNIDADE SUSTENTÁVEL

Carta na Escola e a organização não-governamental Ação Educativa lançam prêmio para aproximar a escola de sua comunidade. Participe!

PATROCÍNIO:

TIM

Viver sem fronteiras

APOIO:

EMBRAER

Editora Saraiva

www.editorasaraiva.com.br

REALIZAÇÃO:

Carta na Escola

ação educativa

APOIO INSTITUCIONAL:

CartaCapital

consed

UNDIME

INSCREVA SEU PROJETO: Nesta edição, você encontra o regulamento do prêmio

Como elaborar um **projeto**

PLANEJAMENTO Dicas e orientações para transformar boas idéias em boas práticas. E um roteiro detalhado, em oito passos, para seu projeto

Por **Marcos José Pereira da Silva,** *consultor em planejamento e elaboração de projeto e coordenador administrativo e financeiro da Ação Educativa*

1 Por que elaborar projetos?

O termo projeto carrega o sentido de organizar idéias, pesquisar, analisar a realidade e desenhar uma proposta articulada com intencionalidade.

Os projetos sociais seguem essa lógica. São construções feitas por um grupo de pessoas que deseja transformar boas idéias em boas práticas. Tais projetos podem se transformar em ações exemplares que modificarão a realidade local.

Se, além de se constituírem em ações exemplares, os projetos se integrarem a ações de governo, municipais, estaduais ou da instância federal, poderão se replicar em escala maior, gerando, assim, políticas públicas cujos impactos para a coletividade serão maiores do que os projetos apenas locais.

Nos programas de governo, muitas vezes expostos em períodos de eleição, ouvimos candidatos e governantes dizerem que têm projetos para solucionar o problema do desemprego, da saúde, da educação etc. Em parte, isso é possível. Havendo um bom projeto, com recursos suficientes, bem monitorado e avaliado, vai se chegar aos objetivos preestabelecidos. Mas é preciso que o projeto seja bem elaborado, desde seus passos iniciais.

Nessas situações em que desejamos transformar insatisfação em solução, idéias em ações, boas intenções em propostas efetivas, sem desperdício de tempo e recursos, faz-se necessário elaborar um projeto que descreva o caminho a seguir. Caminho esse que deve ser trilhado com lógica e paixão.

2 Cuidados e recomendações

Durante o processo de elaboração de projetos, correm-se dois grandes riscos: o da onipotência e o da impotência.

Um grupo pode sentir-se onipotente quando se considera com possibilidade de transformar, sozinho, os problemas sociais existentes em um bairro ou cidade. É o perigo do voluntarismo.

Seu oposto é a impotência. Sabendo ser difícil ou mesmo impossível resolver, isoladamente, os problemas encontrados, o grupo julga não poder fazer nada e desiste de buscar soluções criativas.

Esses dois grandes riscos freqüentemente têm como raiz pelo menos três fatores. O primeiro deles é o diagnóstico superficial sobre o espaço e o contexto nos quais o grupo atua. O segundo reside na análise inconsistente da viabilidade social, política, técnica, financeira, ambiental ou cultural do projeto. O último, a má distribuição de papéis e responsabilidades, de modo a centralizar o poder em uma única pessoa ou a diluí-lo, dificultando a constituição de líderes.

Na prática, existem alguns problemas a ser superados quando se quer estabelecer resultados concretos e custos efetivos em projetos sociais que lidam com processos de melhoria das condições de vida e com a promoção dos direitos humanos. Para superá-los é necessário construir um caminho baseado em resultados ou metas, organizado no tempo planejado, executado e monitorado. Sobretudo, não se deve parar nas boas intenções, mas transformá-las em obras.

Dois riscos.
Durante o processo de elaboração de projetos, correm-se dois grandes riscos: o da onipotência e o da impotência.

3 Sugestões para elaboração de projetos

Criar um projeto supõe dois importantes momentos:

1º Elaboração: O grupo deve realizar um bom diagnóstico sobre o contexto e a situação problemática que pretende enfrentar e analisar o seu potencial para, em seguida, construir o seu caminho. É preciso que todas as pessoas envolvidas participem diretamente na fase de elaboração, buscando criar uma visão ampla do problema a ser enfrentado e soluções criativas para a sua viabilidade.

2º Redação: Este é um momento de exercício de síntese do processo anterior. Nele, é melhor contar com poucas pessoas do grupo. Tudo o que foi produzido anteriormente será agrupado em um roteiro que demonstre, de modo objetivo, o que será realizado.

Oito passos para elaborar um projeto

1º passo: Definir qual grupo elabora o projeto. Determinado o grupo, se verificará com quantas pessoas será possível contar efetivamente para realizá-lo, ou seja, qual o poder real ou o "tamanho das pernas que o grupo tem".

2º passo: Montar duas listas paralelas. Uma deve listar os problemas que o grupo pretende superar e outra apontar soluções. É imprescindível que os problemas sejam concretos e observáveis. Eles devem ser formulados com clareza. Por exemplo, na lista dos problemas deve constar: "Poucas alternativas de cultura e lazer para jovens da Vila Nova Cachoeirinha". Na lista das soluções: "Alternativas de cultura e lazer acessíveis para jovens da Vila Nova Cachoeirinha".

3º passo: Escolher o problema principal. Dentre todos os listados, o grupo deve saber por onde começar, escolhendo o problema principal a partir de vários critérios. Um deles é o impacto negativo que o problema causa para a comunidade ou escola. Outro critério é a capacidade do grupo para resolver o problema. Neste caso, pode ser que o grupo resolva iniciar o projeto justamente por aquele cuja solução seja mais fácil e rápida.

4º passo: Montar uma árvore com o problema escolhido, suas causas e conseqüências. As causas do problema estão no que o origina e o mantém, ou seja, estão em sua raiz. As conseqüências são os danos provocados. Perceber a diferença entre causas e efeitos ajuda o grupo a não gastar recursos financeiros e a não desperdiçar tempo apenas com as conseqüências.

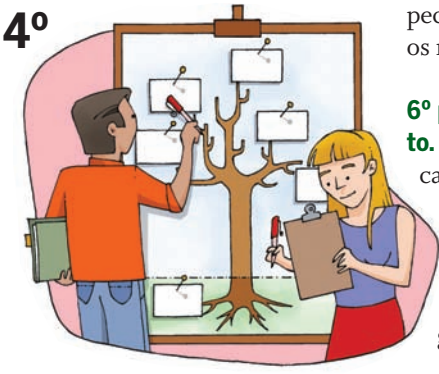
5º passo: Definir objetivos gerais e específicos. Os resultados previstos devem conter indicadores, fatores de risco e um plano de ação, como mostram as descrições seguir:

1º

2º

3º

4º



1. *Os objetivos específicos*
São eles que representam a finalidade do projeto em questão. São degraus para chegar ao topo da escada, ao objetivo geral. Eles indicam o caminho a ser percorrido.

2. *Resultados ou metas*
São tangíveis e correspondem aos produtos finais de um conjunto de atividades em um certo período. Quantificam as atividades que serão desenvolvidas, bem como sua intensidade. Qualificam o jeito que pelo qual o projeto será realizado, os valores que o grupo quer imprimir. Exemplo: dez atividades (quantificar as atividades) de manejo sustentável (qualificar o tipo de manejo).

3. *Indicadores para o monitoramento dos resultados*
São os sinais de que o grupo está perseguindo os resultados a que se propôs.

4. *Fatores de risco*
São obstáculos com os quais o grupo deverá conviver, sejam eles políticos (um grupo poderoso pode estar contra o projeto), culturais (mentalidade de desperdício de recursos, preconceitos etc.) que fogem ao controle do grupo, mas podem dificultar a realização do projeto. Desenhar ações para minimizar esses fatores de risco.

5. *Plano de ação*
Descreve o que precisa ser feito para se chegar aos resultados pretendidos. Envolve o conjunto de ações, com os respectivos prazos, as pessoas responsáveis e os recursos necessários.

6º passo: Análise de viabilidade do projeto. Antes de colocar um projeto em prática, é preciso verificar se o grupo pode fazer o que propõe. Para isso é importante levar em consideração seis aspectos: a viabilidade econômica, social, política, técnica, ambiental, de gênero e étnico-cultural.

ILUSTRAÇÕES: FERRÉ

Viabilidade econômica
Considere o custo total do projeto. Verifique se a soma dos recursos de que dispõe mais o que poderá captar cobre os custos do projeto.

Viabilidade social
Analise os atores sociais envolvidos, indivíduos ou organizações que terão seus interesses afetados positiva ou negativamente pelo projeto.

Viabilidade política
Certifique-se de quais são as pessoas, os grupos e as instituições que apóiam o projeto. Se houver obstáculos políticos ou legais, preveja ações para superá-los.

Viabilidade técnica
Explicite as técnicas que serão utilizadas e considere se o grupo dispõe dessas tecnologias.

Viabilidade ambiental
Analise se o projeto agride o meio ambiente.

Viabilidade de gênero, étnica e cultural
Analise se há algum padrão cultural que pode dificultar a realização do projeto, seja ele na relação homem com mulher, relações étnico-raciais ou culturais.

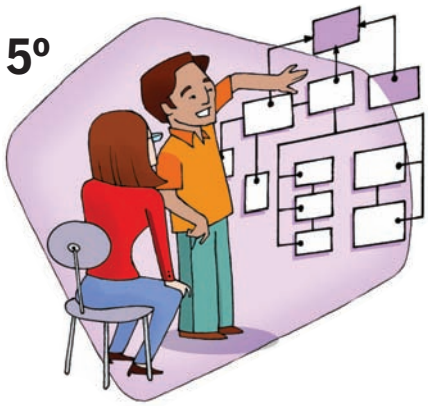
7º passo: Cronograma de trabalho. Planeje uma data de início e término do projeto. Defina os meses em que acontecerão as atividades preparatórias, de execução, atividades de monitoramento e de avaliação.

8º passo: Orçamento detalhado das despesas. Calcule o custo da equipe de trabalho, a infra-estrutura e o material necessário. É sempre bom reservar recursos para gastos com despesas imprevistas.

Como fazer a redação do projeto

O projeto poderá ser sintetizado em cinco grandes itens:

5º



6º

7º

8º

1) Abertura
Nesta página devem constar o título do projeto (que expressa sua idéia central), o nome e a sigla da instituição proponente, a data e o endereço. E um resumo sobre: objetivo geral, objetivos específicos, resultados previstos, atividades, indicadores, beneficiários e custos.

2) Justificativa
Ressaltará a importância do projeto. Informará os problemas que o projeto resolverá no contexto em que está situado. Relacionará o problema aos âmbitos nacional, estadual e local. Demonstrará como as políticas públicas tratam esse problema. Caracterizará os beneficiários diretos e indiretos e grupos que têm interesses em relação ao projeto.

3) Metodologia e lógica da intervenção
Detalhará o objetivo geral, objetivo específico, resultados esperado, indicadores e o plano de ação. Também inclui a descrição das iniciativas que serão tomadas para monitorar e minimizar os fatores que podem pôr o projeto em risco.

4) Orçamento

5) Anexos
Podem ser considerados textos anexos o diagnóstico, as informações relevantes sobre o contexto em que se realizará o projeto e as informações adicionais sobre os proponentes do projeto.

SAIBA MAIS

Livro
ARMANI, Domingos. *Como Elaborar Projetos? Guia para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais.* Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001 (Coleção Amencar)

Internet
"Elaboração participativa de projetos: um guia para jovens"
www.acaoeducativa.org.br
"Onze passos do planejamento estratégico participativo"
www.cdhep.org.br

Essa **escola** é minha

Inovação Uma escola pública que derrubou as próprias paredes e trouxe os pais de alunos para perto quer agora espalhar árvores pelo bairro

Por **Artur Guimarães**

FOTOS: MARCELO MIN

ESPAÇO DE APRENDER. Uma escola gratuita que se preocupa em ser bonita também

O barulho das crianças, o muro e o grosso portão de ferro fechado com cadeado são os mesmos de qualquer unidade de ensino público do município de São Paulo. Já quem entra na Escola Municipal Desembargador Amorim Lima, no Butantã, zona oeste da capital, tem a sensação de que alguma coisa bem diferente acontece naquele prédio.

Em espaços que comportariam três, quatro classes, não há paredes nem divisórias. Apenas um enorme salão, com o fim a se perder de vista, recebe estudantes sentados sempre em grupos – não necessariamente da mesma série. Mais curioso ainda é que não é só um professor que dá aula ali. Na verdade, podem ser até três dos 50 que atuam no colégio.

Mas a figura do docente também deve ser subvertida, para se entender o modelo pedagógico que guia o trabalho da Amorim, que recebe alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

As aulas expositivas tradicionais foram riscadas do currículo. São as próprias 780 crianças que escolhem a ordem dos conteúdos que vão estudar. E são elas mesmas que devem ir atrás de se informar sobre os assuntos, seja alugando livros por conta própria na biblioteca, seja questionando e tirando dúvidas com seus mestres, que são cada dia mais polivalentes e, dentro desse sistema, conseguem orientar até mesmo quem não está com problemas em sua disciplina.

Na prática, eliminando qualquer hierarquia, educador e educando constroem juntos a aprendizagem. Até as regras de convivência são selecionadas conjuntamente. Sim, existem aulas normais ao longo da semana, como Matemática e Ciências, por exemplo. Mas a grade é composta por vários momentos coletivos, em que os estudantes têm de seguir sozinhos cerca de 20 roteiros de estudos anuais, cada um focado em determinado assunto e com cerca de 20 objetivos que devem ser cumpridos, com orientação indireta dos docentes.

Paredes caídas. Eliminando qualquer hierarquia, educador e educando constroem juntos a aprendizagem

Essa carta de navegação, que deve ser seguida ao longo do ano letivo, vai sendo avaliada de várias formas. Primeiro, com os professores tutores, que são designados para, individualmente, uma vez a cada sete dias, verificar a produção de cada criança. "Se, por acaso, percebermos uma dificuldade com freqüência em certo tema, podemos criar uma oficina específica de reforço pontual", explica Ana Elisa Siqueira, diretora da escola.

Quando um roteiro chega ao fim – e quem decide isso é o próprio estudante – há outras formas de testar o que foi aprendido, como a elaboração do portfólio, espécie de resumo do que foi lido e pesquisado. Esse documento, em forma de texto, é analisado para, só mais tarde, ser feita a ficha de auto-avaliação, uma espécie de prova feita com base na produção do aluno. "Como fui eu mesma que levantei todos os dados, nessa hora a gente percebe rapidinho o que sabe e o que ainda falta ir atrás", explica Gisele Rodrigues, 14 anos, que está no 9º ano (antiga 8ª série).

Toda a adaptação do currículo foi feita em 2004 por um voluntário, Geraldo Tadeu de Souza, doutor em Lingüística pela Universidade de São Paulo (USP), que tem uma filha e um filho matriculados. "Buscava um objeto para meu pós-doutorado e encontrei nessa

reorganização um ótimo campo. Meu esforço era transformar os livros didáticos em roteiros de pesquisa", conta.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Todo o jeito de educar da Amorim Lima, único na rede paulistana de ensino público, é baseado no trabalho da Escola da Ponte, em Portugal (*ver quadro*). Apesar da madrinha conceitual famosa no mundo acadêmico, o caminho trilhado aqui em São Paulo foi bastante penoso.

Tudo começou, aliás, com questões bem comuns nas unidades de ensino brasileiras. A principal era a distorção nas atividades do conselho escolar. "Quando cheguei aqui, há 12 anos, a função do colegiado era mais burocrática. Ficava muito ligado aos pontos administrativos da escola, não tinha relação nenhuma como o pedagógico", lembra a diretora.

Após uma consulta com o próprio conselho deliberativo, ficou decidido que as mães passariam a ter liberdade para, caso quisessem, entrar para assistir ao recreio com as crianças. E isso começou a ser feito, apesar de nem todos irem até lá – por motivos profissionais ou até por falta de vontade. No início, quem topava a idéia tomava conta dos seus próprios filhos. Mas, com quase 400 alunos brincando para lá e para cá, ficou evidente que o projeto deveria crescer e englobar a todos.

Articuladores. A diretora Ana Elisa inspirou-se na Escola da Ponte. Geraldo Souza quer viabilizar o Corredor Verde

PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS PAIS

Desde essa época, a vizinhança com a USP já começava a ser frutífera para a escola. Muitos responsáveis eram professores ou estudantes da instituição. Moravam no bairro e tinham presença constante dentro dos muros da unidade. Foi assim que uma mestranda em Cultura Popular na Escola de Comunicações e Artes (ECA), que já tinha colaborado para dar nova cara à festa junina, ajudou a escola a introduzir brincadeiras tradicionais com os estudantes. "As mães se uniram. Tomaram gosto pela escola", explica Ana Elisa.

A proximidade com a comunidade trouxe vários benefícios para o funcionamento da Amorim Lima, mas também desencadeou processos nem tão agradáveis. Ao acompanhar todo o funcionamento da unidade, os pais entravam em contato direto com os professores, funcionários e sabiam exatamente o que funcionava e o que deixava a desejar.

Alguns pontos foram levados para as reuniões do conselho de escola. Mas, nesse momento, as críticas já não eram genéricas. "Não era aquela coisa de quem vê de fora do portão. Eles sabiam de tudo", diz a diretora. As reclamações iam da falta de limpeza nos banheiros, que eles viam de perto, ao altíssimo número de faltas dos educadores e funcionários.

Colocado contra a parede, o comando da escola foi obrigado a discutir esses problemas. As leis que regem a educação foram todas levadas para debate no colegiado. Nessa hora, encontraram-se inúmeras discrepâncias entre o teórico e o prático. "Todos foram percebendo que as premissas da legislação, que assegurava a autonomia e outros valores, não estavam sendo cumpridas. Até a questão dos ciclos entrou. Oficialmente, deveríamos estar adotando a progressão continuada na época, mas isso estava só no papel. As famílias foram cobrando", relata Ana Elisa.

As deficiências eram tão grandes, ela lembra, que houve um consenso de que somente uma mudança profunda alteraria o quadro. Poderia ser uma conclusão desoladora para uma unidade dentro de uma rede pública, com seus regimentos e condutas pasteurizadas. A sorte foi que, pelo seu espírito empreendedor, a escola sempre teve vários parceiros ao seu lado, como fundações, acadêmicos e organizações não-governamentais. Foram eles que, em oficinas de capacitação, levaram vídeos que narravam a experiência da Escola da Ponte, em Portugal.

O modelo encantou docentes, alunos, familiares e funcionários. Mas era preciso ter uma autorização para que a idéia fosse adiante e que um novo projeto político pedagógico fosse aprovado.

Como alguns canais diretos de comunicação com a prefeitura não deram resultado, os pais resolveram procurar a então secretária Municipal de Educação, Maria Aparecida Perez. Em 2003, eles foram atrás da titular da pasta na inauguração do Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã para conseguir esse objetivo. "Até o presidente do conselho, que era cadeirante, foi atrás dela, buscando uma assessoria técnica para nos ajudar", conta Ana. A secretária ficou encantada, principalmente porque a proposta não vinha dos educadores, mas da comunidade. E foi assim que o modelo começou a ser adotado.

SALÃO DE AULA. Você já viu uma sala de aula assim?

CONHECENDO O ENTORNO

Da mesma forma que os pais dos estudantes foram inseridos no convívio escolar, os alunos também fazem o caminho inverso. Além das oficinas tradicionais – que incluem até capoeira e cultura guarani –, há várias atividades na Amorim Lima em que as crianças saem pelo portão e vão conhecer o bairro em que vivem.

A primeira, por exemplo, chama-se Estação Butantã. É ministrada com ajuda de Florência Chapuis, arquiteta formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e por Nuno de Azevedo Fonseca, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, ambos voluntários e casados – pais de uma filha matriculada na escola.

A idéia do projeto é levar principalmente os estudantes da 1ª série para conhecer a região. "Queremos que eles aprendam o que é a cidade, começando por onde eles vivem", diz Florência. Em grupos e sob supervisão, as crianças vão visitar as principais praças e espaços dos entornos da escola. Aprendem o que são quarteirões, ruas e avenidas.

"Ao mesmo tempo que conhecem a identidade da vizinhança, passam a saber melhor quem são seus colegas, já que esse tipo de passeio, fora das regras da escola, é muito interessante para estreitar as relações", ressalta Florência.

O *tour* inclui passagem pela USP, por seus museus e até pelo Instituto Butantã, próximos à escola. Na ida, seguem pelo acesso para pedestre, e voltam de ônibus.

CORREDOR VERDE À VISTA

Outro projeto pensado também por voluntários, acadêmicos e pais de alunos, e que está em fase de desenvolvimento é o Corredor Verde. O projeto, que aguarda a aprovação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), pretende inicialmente levar os estudantes a identificar a flora arbórea nativa da região do Butantã.

Depois, com ajuda de mapas e documentos oficiais, as turmas vão analisar quais são os pontos em que ainda podem ser encontradas essas espécies.

Internamente, no amplo espaço de lazer da unidade de ensino, será montado um centro de criação de mudas. Nessa fase, também serão localizadas as casas dos educadores e alunos. E, finalmente, as árvores serão plantadas por toda a região. "Queremos montar corredores verdes que venham até a Amorim Lima", explica Geraldo Souza, que, além de assessor curricular, também é pesquisador adjunto da atividade.

A última etapa será o acompanhamento do trabalho, com a elaboração de diários de bordo nos quais serão descritos os motivos que levaram ao sucesso ou ao fracasso da idéia. "É uma forma de fazer um trabalho participativo e crítico sobre as políticas de arborização e urbanização. E, principalmente, um jeito de ensinar os assuntos das disciplinas tradicionais, em planos de pesquisa, mesclados aos conceitos ecológicos", garante Souza.

SAIBA MAIS

- ALVES, Rubem. *A Escola Com Que Sempre Sonhei, Sem Imaginar Que Pudesse Existir*. Papirus: Campinas, 2005.

- Site da E.M.E.F. Desembargador Amorim Lima: www.amorimlima.com.br

Uma experiência inovadora

Até 1976, a Escola da Ponte, em Vila das Aves, a 30 quilômetros da cidade do Porto, em Portugal, funcionava nos mesmos padrões das demais escolas do país. Havia um professor por sala de aula, profissional que colocava em prática seu método particular de ensino e dificilmente se comunicava com os demais.

Os alunos também raramente interagiam. "O trabalho escolar era baseado na repetição de lições, na passividade", costuma dizer José Pacheco, principal responsável pelo projeto de transformação da unidade e mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Depois da mudança em seu projeto pedagógico, o colégio passou a adotar novas regras de gestão. Tudo passou a ser baseado em projetos de pesquisa, que são desenvolvidos pelos estudantes de acordo com seu interesse. Não há séries ou ciclos e os docentes tendem a ser polivalentes, ajudando e orientando os estudantes em seus trabalhos. Também não há inicialmente divisão por idade. Cada aluno se agrega aos grupos que, por seu gosto, são mais convidativos. E passa a ir atrás das informações de que precisa para avançar. Os docentes só dão explicações quando são questionados pelos alunos. Já as normas de convivência são decididas em assembléias coletivas. A experiência da Escola da Ponte foi contada pelo educador Rubem Alves no livro *A Escola Com Que Sempre Sonhei, Sem Imaginar Que Pudesse Existir*.

A outra **margem do rio**

CIDADANIA Em São Luís, alunas convocam comunidade e prefeitura para reflorestar e despoluir o rio que corta a escola

Por **Nina Lopes**

Garrafas e sacolas plásticas, pneus, restos de alimentos, pedaços de madeira, entulhos, latas, vidros e embalagens das mais variadas marcas, formas e tamanhos. No Rio das Bicas encontra-se de tudo um pouco. Recebendo lixo e esgoto sem tratamento diariamente, suas águas vêm perdendo bastante volume. Mas basta chover mais forte para que a população que habita suas margens sofra com seu transbordamento.

No Coroadinho, um dos 25 bairros da cidade de São Luís (MA) cortados pelo rio, são recorrentes os casos de residências invadidas pelas águas contaminadas das enchentes e moradores infectados por doenças como malária, dengue e leishmaniose. O rio está claramente pedindo socorro e três moradoras do bairro entenderam o recado.

Considerando a degradação do Rio das Bicas como o maior problema enfrentado pela comunidade do Coroadinho, as adolescentes Ana Lúcia Farias das Neves, Dayane dos Santos Ximenes e Willicléia Pereira de Oliveira resolveram tomar para si a iniciativa de transformar essa realidade. E, em maio do ano passado, colocaram em prática o Projeto Nosso Rio, que tem como objetivo despoluir o Rio das Bicas e reflorestar suas margens.

Para realizar tal tarefa, as alunas do 2º ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica e Profissional da Fundação Bradesco de São Luís contam com a orientação do professor de Química Raimundo João Fróz Campos e da professora de Geografia Adelina da Silva Alves. Juntos, alunas e professores querem mudar a realidade do rio, que corta o terreno da escola. E antes de colocar a mão na massa foram estudar. "Pesquisamos sobre a sub-bacia do Rio das Bicas e a análise de amostras da sua água, buscando sempre incentivar a autonomia e a iniciativa das alunas, principalmente na busca por soluções para o problema colocado", conta Campos.

E as alunas de 16 anos, que trabalham durante o dia e freqüentam a escola à noite, mostraram que, além de energia, têm autonomia e iniciativa de sobra: partiram para o levantamento de dados em campo, visitando e fotografando diversos pontos do rio, além de entrevistar os moradores da comunidade. "Durante a pesquisa, uma de nossas maiores dificuldades foi encontrar informações sobre como o rio era antes, mas, conversando com moradores mais antigos, conseguimos alguns dados. Descobrimos que o nosso bairro foi ocupado desordenadamente e muitas áreas de mangue à margem do rio foram desmatdas e aterradas para a construção de casas. Sem a

SEMEAR. Alunos da Fundação Bradesco querem devolver a vida ao Rio das Bicas

mata ciliar o rio foi assoreado, daí o motivo das enchentes", relata Ana Lúcia.

Munidas de informações sobre o rio e o problema a ser enfrentado, as estudantes iniciaram um trabalho de conscientização da população, batendo de porta em porta e explicando para os moradores da comunidade a importância da preservação do rio. "A comunidade foi muito receptiva e se interessou bastante pelas informações que demos a respeito da poluição do rio. Muitos moradores admitiram jogar seu lixo no rio", conta Ana Lúcia.

Uma das visitas mais importantes foi à nascente do Rio das Bicas, que, apesar de se encontrar dentro da Reserva Estadual do Batatã, área sob proteção ambiental, possui casas bem próximas à beira do rio, contribuindo para a contaminação da água diretamente em sua fonte. "A nascente é uma peça fundamental na recuperação do rio e merece cuidados redobrados, porque, se ela morrer, o rio morre", explica Ana Lúcia.

RAIMUNDO FRÓZ

EM CAMPO. Registro de trechos poluídos do rio e entrevista com moradores

RÁDIO COMUNITÁRIA COMO PARCEIRA

O trabalho de conscientização é um processo lento e necessita de tempo para apresentar resultados, já que envolve a mudança de hábitos cultivados há longa data. "Somente a educação ambiental da população, aliada à realização efetiva de saneamento básico, garante o sucesso do processo de recomposição do sistema de drenagem natural do rio", garante o professor Raimundo.

Nesse sentido, o projeto contou com uma aliada: a rádio comunitária do bairro. Partilhando da preocupação com a preservação do rio, a Rádio Conquista vem divulgando em sua programação dados sobre o rio e os cuidados a serem adotados pelos moradores. Uma parceria que está dando certo. "O mais importante é informar as pessoas que esse problema tem solução, mas para isso acontecer a gente tem de se mexer e mudar de atitude em relação ao rio, parando de poluí-lo e tentando recuperar o que foi destruído", diz Dayane.

Parceria.
Rádio ajudou alunas a conscientizar a comunidade sobre os problemas do rio

Outra ação realizada pelas alunas foi o envio de cartas para a prefeitura de São Luís, cobrando a atuação do poder público local na recuperação do Rio das Bicas. Como resposta, a prefeitura declarou a intenção de retomar o projeto de urbanização planejada da margem do rio próxima à escola, pretendendo criar um espaço para práticas esportivas e lazer da comunidade nessa área. "Nós realmente esperamos que essa proposta se realize, pois o que buscamos, desde o início do projeto, é a melhoria da qualidade de vida no nosso bairro e essa obra significaria muito nesse sentido", ressalta Ana Lúcia.

Tanto empenho e dedicação renderam reconhecimento às alunas. O projeto, que já havia sido apresentado na Feira de Ciências da escola para pais, alunos e moradores da comunidade em setembro do ano passado, este ano veio se apresentar em São Paulo, na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), realizada pela USP *(entrevista com a coordenadora da Febrace nesta edição)*.

O projeto de recuperação das margens do Rio das Bicas, resultado da observação de um problema que afeta todos, comunidade e escola, e da busca de soluções, já rendeu frutos: em fevereiro último, um trecho de 200 metros quadrados da margem do rio recebeu 50 mudas de ipês-roxos, acácias, leucenas e palmeiras juçara, espécies típicas da mata ciliar original do Rio das Bicas. A ação de reflorestamento envolveu toda a comunidade escolar e as adolescentes contaram com a ajuda de outros alunos da escola para realizar o plantio das mudas – todos orientados pelos professores e por um técnico agropecuário. "O reflorestamento foi a parte mais bonita e gratificante do projeto. Ver as plantas se adaptando tão bem, fazendo parte daquela paisagem como devia ter sido sempre, fez valer a pena o trabalho", diz Willicléia.

Este mês, a escola ofereceu à comunidade, pais e alunos uma palestra sobre preservação ambiental e possíveis ações para revitalizar o Rio das Bicas, contando com a participação de um representante do Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Estado do Maranhão e da comunidade do Coroadinho.

Mas o trio de estudantes inquietas não pára. Elas ainda pretendem promover ao longo do ano outras palestras sobre educação ambiental para a comunidade e realizar o reflorestamento de outras áreas da margem do Rio das Bicas. "Existem muitos projetos de recuperação dos rios aqui em São Luís, mas a maioria não consegue os resultados desejados ou são abandonados. Nosso maior desafio foi propor ações que funcionassem, solucionando os problemas de verdade. Agora que encontramos o caminho, não vamos parar enquanto não atingirmos os objetivos do nosso projeto", garante Dayane. Plantada a muda do conhecimento e da cidadania, elas estão no caminho certo. As árvores brotaram nas margens do Rio das Bicas.

SAIBA MAIS

- **Fundação Bradesco de São Luís: www.fb.org.br ou 98-3243-5642**

RECICLAGEM. O lixo torna-se renda e o meio ambiente agradece

Transformações sustentáveis

AÇÕES Como buscar soluções que melhorem a vida da comunidade em que sua escola está inserida, sem deixar de se preocupar com o futuro do planeta

Por **Maria Lidia Bueno Fernandes**, *professora e assessora de Geografia da Escola Cidade Jardim, com especialização em etnologia pela Ludwig-Maximilim-Universität, de Munique, na Alemanha. É doutoranda em Geografia na USP*

Ao lançar o **Prêmio Minha Comunidade Sustentável**, a revista **Carta na Escola** permite que se discuta o conceito de sustentabilidade, inserindo-o no contexto escolar. É uma boa oportunidade para compreender, na prática, o que é uma comunidade sustentável. E, para isso, precisamos necessariamente pensar em uma forma de atuação que tenha caráter sistêmico, que envolva, em conjunto, as variáveis ambiental, social e econômica.

A noção de sustentabilidade traz uma concepção integradora em que a abordagem particularista dá lugar a uma perspectiva mais ampla, que contempla também um compromisso com a construção do futuro. Assim, podemos pensar em projetos realizados a partir de uma escola que desencadeiem transformações e levem a uma espiral crescente de compromissos, preocupações e reflexões com o ambiente, o social e o econômico.

Tal forma de pensar e agir permite que outras ações e mudanças significativas sejam empreendidas para melhorar a qualidade de vida de uma determinada comunidade. Essa atuação contribui ainda para uma aprendizagem significativa no âmbito escolar.

A noção de sustentabilidade, nos dias atuais, tem um caráter multidimensional e deve incluir a redução da pobreza e das desigualdades sociais e o direito a uma vida digna, a promoção de justiça, o respeito à alteridade e aos símbolos e valores dos diversos povos do planeta, o acesso à educação e à saúde de qualidade para todos, segurança ambiental, respeito à natureza e democratização das esferas de tomadas de decisão.

Essa discussão é preponderante em um mundo marcado por conflitos, guerras e problemas ambientais. Está colocado o desafio da construção de um mundo plural, mais eqüitativo e ambientalmente mais saudável.

Conforme o sociólogo e economista Henrique Rattner, um dos grandes pensadores do tema desenvolvimento sustentável no Brasil: “Os impactos dramáticos do desenvolvimento

desigual, aumentando o fosso entre ricos e pobres, ajudaram a lançar a reivindicação central de nosso tempo – direitos humanos – não como uma visão utópica ou idealista, mas como condição básica para a sobrevivência da sociedade e a sustentabilidade de suas instituições. Esse é o cerne de uma ética universal que transcenda todos os outros sistemas de crenças e valores, como síntese da consciência humana, ciente da preciosidade de todas as formas de vida e da necessidade de cooperação, solidariedade e interdependência. Essa ética é fundamentada em valores de alcance universal – a conquista do bem-estar e da felicidade, através da liberdade. Ela se refere a um devir, uma visão do futuro da humanidade".

Falando em termos práticos, o que poderia vir a ser um projeto escolar que contribua para a construção de uma comunidade sustentável?

Podemos citar alguns exemplos, mas todos consistem necessariamente em romper com os muros que distanciam a vida escolar da vida da comunidade. Implica a construção de um olhar qualificado para a realidade que o circunda em busca de soluções, e de uma intervenção que movimente a vida da comunidade em que a escola está inserida.

Alvo. Projetos sustentáveis geram ações que mudam os aspectos sociais, ambientais e econômicos da vida de uma comunidade

Exemplos de comunidades sustentáveis:

Um projeto que envolveria a escola, estabelecimentos comerciais do bairro e uma cooperativa de costureiras. Na escola os alunos estudam a questão do lixo e do tempo que os produtos feitos de plástico necessitam para serem decompostos, o que pode envolver os cursos de Geografia e Ciências. Podem-se estudar as experiências concretas de diferentes materiais enterrados e os alunos observariam o processo de decomposição de cada um deles.

Com isso, perceberiam o impacto que o plástico causa ao ambiente e discutiriam o excesso de resíduos que nossa sociedade produz. Isso permite introduzir o debate sobre a lógica da sociedade de consumo e suas conseqüências para a vida social e para o ambiente. Pode-se propor uma intervenção na comunidade buscando diminuir o consumo de saquinhos de supermercado.

Por meio de cartazes, os alunos desenvolveriam uma campanha para sensibilizar os consumidores sobre os problemas do consumo excessivo desses saquinhos. Ao mesmo tempo, os estudantes entrariam em contato com uma cooperativa de costureiras para se desenvolver conjuntamente modelos diversos de sacolas de pano com o intuito de substituir os sacos plásticos no mercado local.

No projeto que envolve a escola, os comerciantes e a cooperativa, dá para prever a crescente substituição dos saquinhos plásticos pelas sacolas de pano, envolvendo consciência ambiental e mudança de atitude quanto à utilização de um produto descartável. Assim como geração de renda para pessoas da comunidade e uma postura pró-ativa, cidadã, dos alunos da escola.

Esse projeto, se bem embasado, levaria a reflexões sobre o uso de descartáveis, o elevado consumo de plástico, a saturação dos aterros sanitários, e abriria caminho para um olhar em que as perspectivas social, ambiental e econômica estejam presentes.

Um outro projeto relevante pode ser o de reaproveitamento do óleo de cozinha, normalmente utilizado em frituras e despejado nos ralos, comprometendo a qualidade das águas e aumentando em muito o custo de tratamento. Novamente é possível pensar em um projeto que nasce na escola e chega à comunidade na forma de material de divulgação que chame a atenção da população para os problemas dessa prática. Além de oferecer a possibilidade de coleta desse óleo e geração de renda para alguns integrantes da comunidade que produzirão sabão em pedra, sabão líquido, entre outros produtos.

A escola, com o envolvimento dos professores e alunos, poderia desenvolver uma campanha de divulgação do projeto, cadastramento dos interessados em participar de oficinas, monitorias e divulgação do produto. Uma vez implementado, isso se reverteria em fonte de renda para a comunidade, aprendizado para os alunos e melhoria na qualidade das águas sem o despejo cotidiano de óleo nos ralos.

Outro exemplo seria a proposta de trabalho conjunto com cooperativas de catadores de papel e oficinas de produção de papel reciclado, posteriormente vendido em estabelecimentos comerciais ou utilizado pela própria escola.

Hortas comunitárias que contribuam para melhorar a qualidade de alimentação de alguns membros da comunidade e que culminem com a formação profissional de jardineiros e horticultores também são um exemplo de uma comunidade sustentável desenvolvida em parceria com a escola. Idem para um trabalho de formação de membros da comunidade em agentes ambientais ou mesmo agentes de saúde da família, com a preocupação de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Citamos alguns, entre tantos exemplos que poderiam ser dados. Sabemos que neste imenso País já existem muitas iniciativas criativas, arrojadas e inovadoras. Gostaríamos de salientar que, para a realização desses projetos, a busca de parcerias entre a escola, o poder público, a iniciativa privada, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, entre outros, é desejável e pode trazer muitos benefícios.

Está dado o pontapé inicial para ajudar a transformar esses projetos numa prática que reforça o nosso compromisso com o futuro.

ROSANE MARINHO/FOLHA IMAGEM

Prêmio Minha Comunidade Sustentável

Regulamento

Apresentação

O **Prêmio Minha Comunidade Sustentável** é uma iniciativa da Editora Basset, designada neste Regulamento Organizadora, a ser realizado por meio da revista **Carta na Escola** e apoiado pela organização não-governamental **Ação Educativa**.

Tem por objetivo estimular e apoiar a criação e execução de projetos escolares inovadores que busquem soluções de sustentabilidade da vida no planeta, incluindo-se aí as dimensões social, ambiental e econômica.

No contexto do Prêmio, um projeto para uma comunidade sustentável deve implicar a mobilização e a aprendizagem do grupo escolar participante.

Sustentabilidade deve ser entendida como um conceito sistêmico, que integra as dimensões acima citadas. Mais ainda, implica certo equilíbrio, em contraposição a uma noção de desenvolvimento econômico ilimitado, dada a finitude dos recursos do planeta. Assim, não se podem criar soluções de geração de renda para uma comunidade que vive os efeitos da miséria produzindo ações negativas para o meio ambiente. Ao mesmo tempo, não devemos conservar o meio ambiente em detrimento dos seres humanos que vivem em uma comunidade.

Regulamento

1 Participantes

Podem se candidatar ao Prêmio unidades executoras vinculadas a uma escola, que tenham como finalidade a gestão de recursos financeiros transferidos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Entende-se por unidade executora, nos termos da legislação vigente, as associações de pais e mestres (APM), as caixas escolares, os círculos de pais, associações de pais e professores (APP), associações de pais, alunos e mestres (Apam) e outras denominações com o mesmo fim.

Os projetos devem estar vinculados ao Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), ao Ensino Médio (1ª à 3ª série), ao EJA – Ensino Fundamental ou ao EJA – Ensino Médio da rede pública ou particular de ensino. E podem ser realizados exclusivamente pela unidade escolar ou em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), associações de bairro ou instituição que ofereçam apoio técnico.

O projeto proposto deve ser original e desenvolvido como um trabalho de professores e alunos ao longo de um período escolar e não precisa se limitar ao espaço da escola, podendo trazer soluções e inovações para a comunidade do entorno.

2 Inscrições

As inscrições serão aceitas de **12 de maio a 29 de agosto de 2008** e poderão ser feitas da seguinte forma:

2.1) Pela internet, por meio dos sites www.cartanaescola.com.br e www.acaoeducativa.org. Deverá ser preenchida a ficha de inscrição e o formulário de descrição do projeto (encontrados no site www.cartanaescola e nas edições de maio, junho e agosto de 2008 da revista *Carta na Escola*) . As inscrições serão validadas após a análise do cumprimento dos critérios de participação. A confirmação de recebimento da inscrição será enviada pelos organizadores por e-mail.

2.2) Nos casos em que não for possível fazer a inscrição por meio eletrônico, esta poderá ser feita pelo Correio, com o envio da ficha de inscrição e do formulário de descrição do projeto para rua General Jardim, 660, São Paulo (SP), CEP 01223-010, em envelope identificado como **Prêmio Minha Comunidade Sustentável**. Serão aceitas as inscrições postadas até o dia 29 de agosto de 2008. Nesses casos a confirmação de recebimento da inscrição será por fax.

2.3) No ato da inscrição deverá ser informado o nome de um Gestor do projeto. Este deverá ser membro do corpo docente da escola e o responsável pelo trabalho e pela gestão dos recursos recebidos.

2.4) O material enviado para a inscrição não será devolvido e os avaliadores podem solicitar informações e documentação complementares.

2.5) A inscrição será gratuita.

2.6) Cada unidade escolar poderá apresentar mais de um projeto.

2.7) Não poderão participar do concurso pessoas que possuam algum grau de parentesco com os funcionários e/ou contratados da Organizadora e da ONG Ação Educativa.

3 Critérios de avaliação dos projetos

Os projetos inscritos serão analisados por um comitê técnico formado pelos organizadores e avaliados em três etapas: a) validação da inscrição conforme os critérios deste regulamento; b) análise e seleção de 30 projetos por um comitê técnico, formado por pessoas externas à Ação Educativa e à Organizadora; c) seleção dos 10 melhores projetos por uma comissão julgadora.

3.1) Divulgação dos resultados

Em 27 de outubro de 2008 serão divulgados os resultados por meio dos sites www.cartanaescola.com.br e www.acaoeducativa.org e enviados telegramas às equipes responsáveis pelos projetos selecionados.

4 Premiação

Haverá um evento de premiação em novembro de 2008 e os dez grupos selecionados deverão enviar o Gestor do projeto e designar um

Critérios de avaliação que nortearão as etapas acima descritas:

I. Inserção do projeto nos termos da definição de sustentabilidade expressa na apresentação do Prêmio.

II. Viabilidade técnica e jurídica para a implementação do projeto.

III. Adequação dos recursos disponibilizados aos fins declarados no projeto.

IV. Cronograma factível e compatível com os objetivos a serem alcançados pelo projeto.

V. Ser concebido e executado por professores e alunos de uma unidade escolar com apoio ou não de organizações não-governamentais (ONGs), associações de bairro ou instituição que ofereça apoio técnico.

VI. O projeto deve ser original e desenvolvido ao longo de um período de 6 meses do calendário escolar (fevereiro a julho de 2009).

VII. A elaboração e realização do projeto devem implicar ação de caráter transformador na comunidade-escola ou na comunidade de maneira mais ampla (o entorno, a rua, o bairro, a cidade).

VIII. Será considerado o critério de proporcionalidade entre o número de projetos inscritos e premiados conforme as regiões do país.

dos alunos participantes. Os grupos serão hospedados na cidade de São Paulo, em local a ser oportunamente definido pela Organizadora, responsável pelo transporte dos grupos de ida e volta a sua cidade, translado em São Paulo, alimentação e hospedagem durante o período de permanência do grupo.

5 Prêmio

As escolas que tiverem seus projetos escolhidos pela comissão julgadora receberão como prêmio:

- Certificado de participação.
- Um computador para cada escola envolvida nos projetos selecionados.
- Uma assinatura da revista **Carta na Escola** válida por 1 ano.
- As unidades executoras serão depositárias do prêmio em dinheiro que tem a finalidade de viabilizar a implantação dos projetos, sendo estes:

1 prêmio de até 30 mil reais;
2 prêmios de até 15 mil reais;
5 prêmios de até 10 mil reais;
2 prêmios de até 5 mil reais.

O valor do prêmio será depositado em uma conta corrente exclusiva para esse fim em nome da unidade executora. O prêmio será pago em três parcelas, sendo a primeira referente a 50% do total, depositada em 30 de janeiro de 2009. A segunda parcela, referente a 40% do valor total da premiação, será depositada após 60 dias e a terceira, referente aos 10% restantes, após 120 dias a contar do recebimento da primeira parcela.

5.1) Gestão dos recursos

A implantação do projeto e a utilização dos recursos financeiros disponibilizados pelo **Prêmio Minha Comunidade Sustentável** serão de responsabilidade do Gestor indicado na ficha de inscrição pela unidade executora.

A implantação do projeto será monitorada por um responsável designado pela Organizadora e pela ONG Ação Educativa e deverá acontecer até o final de julho de 2009.

O Gestor do projeto será responsável pela prestação de contas com notas fiscais, recibos e relatório de utilização dos recursos para serem enviados à Comissão Organizadora do Prêmio até 10 dias antes da data de depósito da parcela seguinte.

O modelo de relatório será enviado por e-mail ao Gestor do projeto imediatamente após o pagamento da primeira parcela.

Os relatórios e as comprovações de gastos devem ser enviados para a Ação Educativa, rua General Jardim, 660, São Paulo, CEP 01223-010, em envelope identificado como **Prêmio Minha Comunidade Sustentável – Relatório**.

Os recursos devem ser gastos entre fevereiro e julho de 2009, não sendo possível estender esse prazo.

Os recursos recebidos não poderão ser gastos com remuneração de pessoal, despesas com alimentação, transporte e estadia. A compra de equipamentos e insumos deve estar diretamente relacionada às necessidades do projeto.

A liberação das parcelas estará condicionada ao envio e à aprovação dos relatórios. Caso o relatório não seja aprovado, será devolvido com as recomendações para ser refeito e reenviado. A não aprovação da prestação de contas implica desclassificação do projeto e a devolução dos valores já recebidos em até cinco dias úteis após a comunicação por carta.

Cada projeto poderá receber uma visita técnica com a finalidade de acompanhar a sua implementação.

6 Cessão de Direitos – Autorizações

6.1) O Prêmio tem caráter exclusivamente cultural, sem nenhuma modalidade de sorteio ou pagamentos pelos concorrentes nem é vinculado à aquisição de qualquer bem, direito ou serviço.

6.2) Fica desde já estipulado que a inscrição da unidade executora no **Prêmio Minha Comunidade Sustentável** autoriza que a Organizadora possa, sem ônus, por qualquer meio ou forma, parcial ou totalmente, expor e divulgar publicamente o Projeto, sua abrangência, o nome dos participantes, de terceiros que nele estejam envolvidos a qualquer título, o apoio a ele conferido, bem como o material descritivo correspondente ao Projeto.

6.3) A autorização é outorgada em caráter de exclusividade, de forma definitiva, total, irrevogável e irretratável, sendo válida no Brasil e em todos os demais países, sem restrição de espaço, tempo, idioma e quantidade de exemplares, e permitirá à Organizadora a utilização por meio de: impressos em geral, mídia, material publicitário, sites, CD-ROM, disquete, DVD, revistas eletrônicas e digitais, conferências, palestras, relatórios, convites, folders, folhetos, livros, compilações, fotografias, slides, outdoors, catálogos, cartazes, calendários, enciclopédias, produtos culturais, exposições itinerantes ou não, em qualquer local, mostras nacionais ou internacionais, outros materiais institucionais, promocionais ou publicitários.

6.4) Os integrantes dos grupos cedem, a título gratuito, à Organizadora o direito de uso de seus nomes, imagens e depoimentos, para fins de divulgação do **II Prêmio Minha Comunidade Sustentável**.

7 Disposições Gerais

O não cumprimento pelos grupos inscritos das disposições deste Regulamento e das demais instruções fornecidas durante o processamento do concurso implicará sua desclassificação.

As decisões da Comissão Julgadora serão soberanas e irrecorríveis, não cabendo recursos aos concorrentes qualquer contestação de tais decisões, bem como dos seus resultados. Os casos não previstos por este regulamento serão discutidos e acordados pela Comissão Organizadora do **Prêmio Minha Comunidade Sustentável**.

As despesas referentes à elaboração e ao envio dos projetos e quaisquer outras necessárias para a participação no concurso correrão por conta dos próprios inscritos.

Comissão Organizadora do Prêmio Minha Comunidade Sustentável

REALIZAÇÃO:

PATROCÍNIO:

APOIO:

APOIO INSTITUCIONAL: